



## 8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:  
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

---

Eixo: Política Social e Estratégias de Desenvolvimento.

### Moradia: mais que um direito social, um direito fundamental

Edilma Soares da Silva<sup>1</sup>  
Juliana Desiderio Lobo Prudencio<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo visa apresentar experiência junto as famílias atendidas pelo Centro Social Semear e Educar que vivem na Vila Operária Confiança em Vila Isabel e seu direito a moradia digna. Moradia é um direito fundamental no entanto, a ausência de políticas públicas concretas e de gestores comprometidos, faz com que famílias inteiras que vivem no conjunto arquitetônico protegido como Área de Proteção Ambiental e Cultural e Área Especial de Interesse Social da Vila Operária, sejam submetidas situações da insegurança devido ao estado precário dos imóveis ao descaso e desinteresse do poder público em atender as demandas das famílias empobrecidas que ali vivem.

**Palavras-chave:** Moradia; Vila operária; Direito a cidade.

**Abstract:** This article aims to present experience with the families served by the Semear e Educar Social Center who live in Vila Operária Confiança in Vila Isabel and their right to decent housing. Housing is a fundamental right, however, the absence of concrete public policies and committed managers means that entire families living in the protected architectural complex, such as the Environmental and Cultural Protection Area and the Special Area of Social Interest of Vila Operária, are subjected to situations from insecurity due to the precarious state of the properties to neglect and lack of interest by the public authorities in meeting the demands of the impoverished families who live there.

**Keyword:** Housing; Workers' village; Right to the city.

### INTRODUÇÃO

O primeiro contato com a Vila Operária, em 2004, através de uma visita domiciliar, quando me trouxe a memória a obra de Aluísio Azevedo, *O Cortiço*, clássico da literatura brasileira publicado em 1890, as janelas verdes e as paredes amarelas, da parte externa da Vila, não deixava revelar os varais, tapetes, cachorros, plantas, brinquedos, móveis sem uso, junto com crianças que corriam e brincavam na parte interna da Vila. Os moradores, chegaram ali, de inúmeras maneiras, uns como trabalhadores da Companhia de Fiação e Tecidos Confiança, outros buscando um lugar para viver longe das favelas. A

---

<sup>1</sup> Mestre em Serviço Social pela PUC – RJ. E-mail: edilmasoares.soares@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Política Social pela UFF – Niterói. Professora do Departamento de Serviço Social na UFF – Campos. E-mail:julianajulobo@hotmail.com.

história da Companhia, a história da Vila Operária e de seus moradores, se fundem e confundem.

A Associação Beneficente Solidariedade Amor e Liberdade (ABSAL), existe desde maio de 2004 quando iniciou com o Centro Social Semear e Educar (CSSE) o projeto de atendimento, social e pedagógico a crianças entre 03 e 06 anos de idade no contraturno escolar. Desde 2004, realizamos acompanhamento às crianças, adolescentes e seus familiares, moradores do bairro de Vila Isabel e entorno. A proximidade da sede da ABSAL/CSSE, com a Vila Operária, e a ausência de creches ou espaços de lazer, fez com que os moradores da Vila Operária fossem os principais sujeitos a participarem das atividades.

Em parceria com equipamentos públicos e privados a equipe formada, por 01 assistente social, educadores sociais, estudantes de graduação, e muitos voluntários buscamos orientar as famílias assistidas, assim como realizar os devidos encaminhamentos às suas demandas assistenciais e de direito.

### **A Formação da Vila Operária**

Juntamente com a Revolução Industrial, a urbanização gerou um acentuado crescimento demográfico, a partir do século XIX, Vianna (2004). Fourier *in* Vianna (2004), “ a Europa viu-se tomada por várias experiências de vilas operárias, sendo a grande maioria formada por casinhas isoladas, geminadas duas a duas, em bloco de quatro ou mesmo enfileiradas, e sempre próximas às fábricas”. “A vila operária, ou a casa na vila operária, constitui o elemento mediador entre a venda da força de trabalho e o preço pago por esta força. Quando a casa é ofertada ao trabalhador ela passa a interferir nas relações de produção” Blay, (1985). Aqui no Brasil, durante o início do Período Republicano, também houve a fase de construção de casas populares, ou melhor das vilas operárias, com vistas a atender a necessidade de moradia dos operários das fábricas, mas principalmente de acabar com os cortiços, considerados insalubres e um problema de segurança pública. Falar de cortiços é também falar de favela, considerando que esses locais historicamente,

são locais habitados pela classe trabalhadora mais pobre e pessoas que vivem de relações de trabalho precarizadas.

É extremamente difícil determinar o momento em que surgiram as primeiras favelas. Essa questão já foi extensamente estudada por diversos autores. O termo “favela” provém certamente da Guerra de Canudos (1896-1897). Naquela região do sertão do estado da Bahia, existia um morro chamado *Favella*, talvez porque fosse coberto por uma espécie de planta cujo nome era justamente “*fávella*” (*Jathopa phyllaconcha*), uma euforbiácea bastante comum nas regiões Nordeste e Sudeste do país. Os soldados que retornavam da guerra se estabeleceram, com a tolerância do Exército, no Morro da Providência, que se encontra atrás do prédio do antigo Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro. Em alusão a essa campanha militar, o morro passou a ser conhecido como o “Morro da Favella”. A partir da segunda década do século XX, esse termo passou a designar todas as habitações precárias do mesmo tipo espalhadas nos diversos morros da cidade (GONÇALVES, 2013, p. 44).

Embora a Vila Operária, não esteja fincada no morro, ao contrário, a mesma fica próxima a avenida mais famosa do bairro de Vila Isabel, a Boulevard 28 de setembro, este fato não impediu sua precarização e seu abandono pelo poder público.

Importante ressaltar que na atualidade, no que se refere a Vila Operária Confiança, temos moradores que possuem vínculos com ex operários da Companhia e moradores que ocuparam as casas por ocasião de seu abandono após a falência da Companhia.

O Decreto do Legislativo de 8/2/1888, concedeu privilégios de isenção de impostos sobre a importação de materiais de construção e de concessão de terrenos e de edifícios à firma que se propusesse a edificar casas populares. Em 1889 foi então criada a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, de Artur Sauer, que passou a explorar a concessão do referido decreto. Ainda na década de 90, a empresa inaugurou cinco “vilas operárias”, construídas tanto nas proximidades do centro (Vila Rui Barbosa, na Rua dos Inválidos), como nos bairros operários do Jardim Botânico (Vila Arthur Sauer), Vila Isabel (Vilas Maxwell e Senador Soares) e Sampaio (Vila Sampaio) (ABREU, 1997, p. 51)

Através de concessão dada pelo Governo Imperial, com a justificativa de que os cortiços e estalagens da corte, eram focos de epidemias e doenças, que afetavam seus moradores. Segundo, Santos *in* Gonçalves (2013), os cortiços eram considerados, principal foco de infecções sanitárias e os grandes propagadores de “epidemias sociais”. Abreu *in* Gonçalves (2013) “esse discurso higienista afirmava que os fatores sociais eram capazes de reforçar a ação dos fatores naturais de infecção, como, por exemplo, as condições insalubres do habitat, a desnutrição e o excesso de trabalho”.

O bairro de Vila Isabel, nasceu em 03 de janeiro de 1872. De acordo com historiadores o que conhecemos hoje com Vila Isabel, nasce como parte da Fazenda do Macaco. Palco de intensos movimentos abolicionistas importantes que dá nome as ruas, como: Senador Nabuco, Visconde de Abaeté, Torres Homem e Conselheiro Paranaguá, imortalizando esses personagens. (ARAGÃO, 1997)

Em 1878, tendo como incorporadores Manoel Salgado Zenha e Francisco Tavares Bastos, Vila Isabel ganha um de seus maiores investimentos, por que não dizer o maior para época; a Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, sua fundação data de 22 de abril de 1885, a mesma começa a funcionar com 400 teares, em 1894 são incorporados novos teares, então, no ano de 1905 passa a funcionar com 1.600 a primeira no Brasil, Aragão (1997).

As atividades da Companhia foram encerradas em meados da década de 1970 e suas instalações tiveram, posteriormente, nova destinação de uso. Atualmente, abrigam as atividades de uma rede de supermercados. Por ser referência para os bairros sob sua área de influência direta e testemunho de uma importante época do desenvolvimento socio-econômico da cidade do Rio de Janeiro, a Companhia de Tecidos Confiança Industrial teve suas edificações tombadas e a área de entorno composta pelas vilas operárias preservada pelo Decreto N° 11704/1992.

Chamada de Vila Operária ou V.O pelos moradores, atualmente é ocupada pelos filhos ou netos dos ex operários da Companhia. Com sua fachada de cor amarela e janelas verdes a Vila, não pode, por força de lei, ter sua estrutura externa alterada, no entanto internamente, os moradores que ali residem, fazem paredes, lajes, escadas e inúmeras alterações, para que as necessidades de moradia das famílias sejam atendidas.

Inicialmente, as primeiras queixas dos moradores da Vila, tomamos conhecimento no CSSE era que devido as Leis de Proteção, a manutenção das casas era demasiado custosa, mas também que para fazer qualquer reparo externo, havia a necessidade de solicitar autorização dos órgãos públicos.

Por não terem conhecimentos a cerca dos processos e pela burocracia dos órgãos públicos, muitos moradores, acabam por não fazer qualquer reparo externo na casa,

deixando para os períodos de eleições quando, invariavelmente, candidatos a cargos públicos, ora deputado, ora vereador aparecem com promessa de realizar as obras estruturais e reparos necessários. E assim desde 2004, acompanhamos a luta por moradia digna das famílias atendidas no CSSE. Embora a Vila Operária não configure uma Favela, as famílias mais pobres, que ali vivem também sofrem com o estado precário de alguns imóveis.

Falar de favela é falar da história do Brasil. No Rio de Janeiro desde a época em que foi a Capital Federal a favela carioca fora a sua marca, embora as oligarquias partidárias tenham tentado de todas as maneiras transformar o Rio de Janeiro em uma cidade européia. Mas, a favela se manteve graças a criatividade cultural e política e igualmente a capacidade de luta e resistência demonstradas por seus favelados. Mas, assumir sua condição de morador de favela também teve e tem seus contratempos (SOARES, 2004, p.48).

Durante décadas as favelas do Rio de Janeiro ficaram conhecidos como “locais perigosos” e “refúgios de criminosos” de acordo com os relatórios policiais da época limitando e comprometendo o futuro de tantas famílias e principalmente das crianças e adolescentes da cidade. Bem como reforçam o estigma do “ser favelado” atrelado a criminalização, tráfico de drogas, violência urbana e pobreza extrema. Esquecendo suas reais necessidades e demandas que é a favela para as pessoas que ali residem, tais como: saneamento básico, políticas sociais, segurança pública, moradia e etc.

Mas a favela ficou também registrada oficialmente como a área de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgotos, sem água, sem luz. Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as imagens que fizeram da favela lugar de carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade, o “outro”, distinto do morador civilizado da primeira metrópole que o Brasil teve (ALVITO E ZALUAR, 1998, p.7).

De acordo com Abreu (1997), somente a partir do século XIX é que a cidade começa a “transformar radicalmente a sua forma urbana”.

Até então o Rio era uma cidade apertada, limitada pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antonio e da Conceição. Ocupava, entretanto, um chão duramente conquistado à natureza, através de um processo de dissecação de brejos e mangues que já durava mais de três séculos. Além dos morros havia apenas alguns tentáculos, que se dirigiam aos “sertões” do sul, do oeste e do norte (ABREU, 1997, p. 26)

Considero importante conhecer a trajetória das pessoas que não tinham qualquer vínculo com a fábrica, assim como dar voz aos moradores, filhos e netos dos ex operários da fábrica que de acordo com seus relatos, apesar de não terem qualquer documentação ou título de propriedade, consideram-se legítimos donos, usando o relato de seus familiares para legitimar a posse, como Sr. C. “Morávamos, eu, mamãe e meus irmãos na Pavuna, e ela saía de madrugada para trabalhar na fábrica, eu ficava em casa, cuidando dos meus irmãos. Quando ela iniciou o relacionamento com meu padastro ele morava só, nessa casa, então ela foi ficando e ficando, depois que ele morreu ela nos trouxe” Sr. C. mostra com orgulho a carteira da mãe assinada, afirma sentir-se seguro em relação à sua permanência na casa. Mas, afirma que foi procurar a associação de moradores, quando ouviu dos vizinhos que haveria obras da prefeitura durante o governo do prefeito Eduardo Paes, para construção de um piscinão, para conter as águas da chuva, e que essa obra removeria parte das casas da vila.

Mas, nem todos que vivem hoje na Vila Operária, são parentes de ex operários, sr V. por exemplo; relata que embora nascido e criado no bairro, quando criança, trabalhou de carroto nas feiras, para ajudar a mãe, mas já adulto, e diante do abandono das casas que já vinham sendo ocupada, ocupou uma e foi morar com a esposa, que era moradora do Morro dos Macacos. Conhecer a trajetória das famílias, suas demandas sociais é fundamental, para que se possa pensar em políticas públicas de moradia, de trabalho e renda, principalmente quando retomamos a história do bairro de Vila Isabel e seu passado industrial de tanta relevância para economia do país.

O art. 6º da Constituição Federal define que: são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

De acordo com o último Censo do IBGE, em 2010, existe pouco mais de 6,07 milhões de domicílios vagos, incluindo os que estão em construção. O número não leva em conta as moradias de ocupação ocasional (de veraneio, por exemplo) nem casas cujos moradores estavam temporariamente ausentes durante a pesquisa. Mesmo assim, essa quantidade supera em cerca de 200 mil o número de habitações que precisariam ser

construídas para que todas as famílias brasileiras vivessem em locais considerados adequados: 5,8 milhões (CENSO ,2010).

Considerando que moradia configura como um direito social, quem são os sujeitos contemplados por este direito uma vez que de acordo com a Fundação Getúlio Vargas em 2017 o Brasil registrou um déficit habitacional de 7,770 milhões de domicílios. Isso representa um crescimento de 3,1% em relação a 2016.

A Vila Operária Confiança é composta atualmente por 09 vilas de casa, construída pela Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, tendo como responsável o engenheiro Artur Sauer, durante o período de 1889 a 1982 foram construídas inicialmente moradia para alojar mais de 1000 pessoas. As casas das vilas hoje são ocupadas por várias famílias,

Em 1887 a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional construíram na Vila , 01 lavanderia à vapor, 01 escola primária. As casas construídas possuíam porão, para evitar umidade, as paredes eram espessas, cômodos arejados e pé direito alto nos andares (STANCHI, 2008). De acordo com Blay (1985, p. 37), *“a moradia em forma de vilas operárias encontra raízes em um passado remoto. Elas aparecem como um sucedâneo da senzala”*. *“Em 1894, a Companhia América Fabril assina contrato com a prefeitura do Rio de Janeiro para construir casas perto da Fábrica Cruzeiro; em 1895 são as companhia Petropolitana, Confiança, Aliança, Corcovado e Industrial Pernambucana que adotam o mesmo procedimento”*.. Quando pensamos no período escravocrata as senzalas eram construídas a casa grande, pois visava proteger sua mercadoria – o escravo. Já no período de industrialização, no cenário urbano, as construções das vilas visavam *“atrair e reter a força de trabalho”*, beneficiando os operários estrangeiros, de acordo com Blay.

As 09 vilas que compõem a Vila Operária Confiança estão localizadas nas seguintes ruas: Vila 01 – rua Souza Franco, Vila 02 – rua Artidoro da Costa, 160 – construído em 1950, os moradores não possuíam ligação com a fábrica. Em 1920 foram construído as Vilas 03 e 04, respectivamente na rua: Artidoro da Costa 138 e 106 foram 23 casas construídas em 1920. A Vila 05 ruas: Artidoro da Costa e Piza e Almeida, um total

de 20 casas, após a falência da fábrica 6 casas foram demolidas, nesse local, atualmente se encontra uma área de lazer. (STANCHI, 2008)

Em 1960, a prefeitura altera a obra original construída em 1920, afim de fazer o desvio do Rio Joana, sendo assim a Vila 06 na rua: Maxwell é o local mais desfalcado. A Vila 07 entre as ruas: Maxwell, Senador Soares e Araújo Lima, possuem 20 casas externas e 8 casas na rua interna. Remanecente do projeto original temos a Vila 08, na rua: Silva Teles, 120 esquina com Maxwell, com 26 casas internas e 7 externas, 27 casas foram demolidas do projeto original para realinhamento do Rio Joana.

E finalmente a Vila 09, na rua: Silva Teles, 95 com 2 casas voltadas para a rua e 7 voltadas para a Vila. Construídas após o desvio do Rio Joana, por volta de 1960. O Rio Joana passava por onde atualmente é a Igreja Jesus Cristo dos Santos dos Últimos dias e que outrora fora o açude da Companhia.

Somente a partir do século XIX é que a cidade do Rio de Janeiro começa a se transformar radicalmente, até então tratava-se de uma cidade apertada, limitada entre os Morros do Castelo, São Bento, Santo Antonio, e da Conceição. Uma cidade em que a maioria da sua população era de escravos, cidade de mercadorias, poucos trabalhadores livres e reduzida elite administradora/militar/mercantil, responsável por dirigir a cidade, política e economicamente. (ABREU, 1987).

Os rios que cercam o bairro de Vila Isabel, foram fundamentais para o desenvolvimento da indústria na região, considerando que as indústrias necessitavam de água para seu funcionamento: Maracanã, Trapicheiros e Joana, abasteceram as caldeiras e alimentaram a existência das fábricas em Vila Isabel em entorno. Algumas dessas fábricas desapareceram, e hoje só existe nas memórias dos moradores mais antigos, como a Fábrica de Chitas, que funcionou na Tijuca. Algumas, persistiram e seu funcionamento durou até o início da ditadura civil-militar, como a América Fabril, a Covilhã e a Cervejaria Brahma. A Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, ou simplesmente Fábrica Confiança, teve suas edificações tombadas e a área de entorno composta pelas vilas operárias preservada pelo Decreto N° 11704/1992. Passeando pelas ruas dos bairros podemos ver as casas de paredes amarelas e janelas verdes no entorno da fábrica onde atualmente funciona

o supermercado Extra Boulevard, além do samba de Noel Rosa.

As vilas operárias remetem as senzalas no sentido de estarem junto às casas de seus senhores no período escravocrata, posteriormente, no período colonial, considerando o trabalho “livre rural” pelo uso das habitações nas “colônias”. Já durante o período de industrialização, os donos da indústria passam a fornecer casas, uma maneira de atrair os imigrantes estrangeiros e controlar sua força de trabalho. Segundo Blay (1985), embora as principais vilas operárias tenham sido construídas para atender os operários das ferrovias, com o crescimento das demais indústrias no entorno das ferrovias, principalmente de tecido e fiação a demanda pela construção de novas vilas, aumenta.

No caso do bairro de Vila Isabel, o marco de desenvolvimento se dá no período da Primeira Revolução Industrial. A Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, foi fundada em 22 de abril de 1885 apesar de ter vivido seu auge foi impactada pela quebra da Bolsa de Nova York, parte da produção teve que ser parada e inúmeros operários tiveram que ser demitidos. A situação melhorou, devido a Segunda Guerra Mundial, quando em 1942 o Brasil entrou em guerra ao lado dos aliados, a fábrica foi o único produtor de tecidos para confecção dos uniformes do Exército Brasileiro, foi o período de maior prosperidade da Companhia. A fábrica foi fechada em 1964.

As vilas de casas, construída no entorno da Companhia viveu seu período de abandono pelo poder público, somente no ano de 1978, a fábrica reabre, mas já como supermercado, tendo sua fachada tombada por lei municipal e 1993 a vila operária passa a integrar a Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) que em 1992 instituiu a Área de Especial Interesse Social. Em 1995, Cezar Maia, prefeito declara que o conjunto arquitetônico que compõe a Vila Operária é parte da memória da cidade.

Entre os moradores da Vila Operária, existem pessoas que trabalharam na fábrica, pessoas que trabalharam como doméstica na casa dos diretores da fábrica e filhos e netos de ex operários. Mas, encontramos também pessoas sem qualquer vínculo com a fábrica que aos poucos foram ocupando as casas vazias. Das famílias assistidas pelo CSSE nem todas possuem vínculos com ex operários da Companhia, mas pessoas que vivem no bairro de Vila Isabel desde sua infância. Nas visitas domiciliares, estes relatam que viviam no Morro

dos Macacos e por conta dos conflitos do tráfego e a total ausência de habitação digna na favela.

Em 2011, apartir da Lei Complementar número 111 de 1º. de fevereiro fica criada a Área de Especial Interesse Social da Vila Operária Confiança. A Área de Especial Interesse Social (AEIS), faz parte da Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC). O projeto de lei tem por princípio, declarar como Área de Especial Interesse Social o conjunto arquitetônico dos imóveis da antiga Vila Operária Confiança, localizado no bairro da Vila Isabel, com o intuito de promover sua necessária urbanização, bem como a implantação de equipamentos comunitários de educação e saúde e áreas de esporte e lazer, para população.

Art. 70. Áreas de Especial Interesse, permanentes ou transitórias, são espaços da Cidade perfeitamente delimitados sobrepostos em uma ou mais Zonas ou Subzonas, que serão submetidos a regime urbanístico específico, relativo a implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano e formas de controle que prevalecerão sobre os controles definidos para as Zonas e Subzonas que as contêm. Parágrafo único. Cada Área de Especial Interesse receberá apenas uma das seguintes denominações e conceitos: I - Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU é aquela destinada a projetos específicos de estruturação ou reestruturação, renovação e revitalização urbana; II - Área de Especial Interesse Social - AEIS é aquela destinada a Programas Habitacionais de Interesse Social – HIS, destinados prioritariamente a famílias de renda igual ou inferior a seis salários mínimos, de promoção pública ou a ela vinculada, admitindo-se usos de caráter local complementares ao residencial, tais como comércio, equipamentos comunitários de educação e saúde e áreas de esporte e lazer, abrangendo as seguintes modalidades: a) AEIS 1, caracterizada por: 1. áreas ocupadas por favelas e loteamentos irregulares; 2. conjuntos habitacionais de promoção pública de interesse social e em estado de degradação; b) AEIS 2, caracterizada por: 1. imóveis não edificados, não utilizados e subutilizados em áreas infraestruturadas; III - área de Especial Interesse Ambiental - AEIA é aquela destinada à criação de Unidade de Conservação ou à Área de Proteção do Ambiente Cultural, visando à proteção do meio ambiente natural e cultural; IV - área de Especial Interesse Turístico - AEIT é aquela com potencial turístico e para qual se façam necessários controle de usos e atividades, investimentos e intervenções visando ao desenvolvimento da atividade turística; V - área de Especial Interesse Funcional - AEIF é aquela caracterizada por atividades de prestação de serviços e de interesse público que exija regime urbanístico específico; VI - área de Especial Interesse Agrícola - AEIG é aquela destinada à manutenção da atividade agropecuária, podendo abranger as áreas com vocação agrícola e outras impróprias à urbanização ou necessárias à manutenção do equilíbrio ambiental, recuperáveis para o uso agrícola; VII - área de Especial Interesse Cultural - AEIC é aquela destinada a afetação dos Sítios Culturais, definidos no art. 140 desta Lei Complementar, por conservar referências ao modo de vida e cultura carioca, necessária à reprodução e perpetuação dessas manifestações culturais.

Tornar a Vila uma APAC ou uma AEIS, possibilitou que os moradores permanecessem em suas casas, os moradores devem cuidar da manutenção externa, mantendo as paredes amarelas e janelas verdes, não é autorizada qualquer mudança na parte externa da Vila, no entanto internamente os cômodos sejam constantemente alterado para abrigar filhos e netos dos primeiros moradores. A cada dois anos, diante das eleições, sejam municipais, sejam estaduais, a Vila é visitada pelos políticos da ocasião prometendo reformas nas casas ou qualquer documento que garanta a permanência na habitação.

Juntamente com as famílias assistidas pelo CSSE em quase 15 anos, acompanhamos as idas e vindas de representantes do poder público, ora prometendo a permanência, ora garantindo que os moradores seriam beneficiados por algum programa de habitação. As justificativas da retirada ora era para construção de obras de contenção do Rio Maracanã, ora para atender as demandas da especulação imobiliária. Mas famílias resistem e vão se reconfigurando, aumentando, diminuindo e seguem a espera do poder público e suas promessas de melhoria.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Vila Operária não é favela, ao contrário, o conjunto arquitetônico é protegido por leis que normatizam as APAC's e AEIS's, no entanto, em durante as visitas domiciliares é possível verificar que o conjunto necessita de manutenção e de reparos, sem os quais as pessoas que ali vivem, principalmente os idosos e as crianças ficam em riscos permanentes.

É comum após um período longo de chuva ouvirmos relatos dos moradores acerca dos problemas enfrentados; são telhas quebradas, ralos entupidos, janelas e portas soltas. A proximidade com o Rio Maracanã causa tensão, pois invariavelmente a Vila fica inundada quando o rio enche.

Durante esses 15 anos que seguimos acompanhando as famílias na Vila, não presenciamos qualquer programa ou projeto de melhoria ou reparos das casas, as alterações internas seguem sendo feita pelos próprios moradores, sem qualquer acompanhamento profissional.

Na Vila assim como nas favelas, prevalece a ajuda mútua, como a construção de um portão em uma das entradas, ou o reparo do portão antigo, até mesmo a troca de uma janela ou porta danificada. Alguns moradores de reúnem, se cotizam e um outro morador, que não pode colaborar financeiramente, colabora com sua força de trabalho.

No interior de algumas casas, é possível verificar paredes, fôrros e telhados em estado precário, principalmente entre as famílias mais pobres, onde geralmente são é assistida pelo Programa Bolsa Família, estes, segundo relatos pessoais, são moradores antigos, embora sem qualquer vínculo com a Companhia.

Entre os moradores que se se dizem herdeiros dos exoperários da Companhia, pode-se verificar que o interior das casas está mais bem cuidado. Em geral os ocupantes da casa são em menor número e os adultos são trabalhadores da economia formal.

Assim como nas favelas, podemos encontrar na Vila Operária pessoas vivendo de maneira precarizada e fora da economia formal, a proximidade com o Morro dos Macacos e o fato de alguns moradores serem oriundos deste local, faz com que esses sujeitos sejam estigmatizados, é comum ouvir das crianças e adolescentes que um ou outro moram na “favelinha”, que seria uma parte da Vila que vive sendo alterada com construções irregulares feitas pelos próprios moradores.

As 09 vilas que compõe o conjunto arquitetônico da Vila Operária Confiança, possuem suas particularidades, mas seus moradores costumam se unir sempre que surge a ameaça de demolição das casas, isso ocorre a cada 02 anos durante o período eleitoral. No entanto, ao fim das eleições sobram promessas e frustrações; quem tem condições aos poucos faz os reparos, as lajes internas, os cômodos extras, quem não pode, fica a mercê de paredes mofadas e úmidas, telhados e forros vazados, área externas sem carpina e sujeito a inundações.

Apesar das APAC's e AEIS's ao longo desses anos não verificamos melhorias nas habitações. O espaço da fábrica virou mercado, mas não são moradores da Vila que ali trabalham, tampouco foi transformado em espaço de desenvolvimento de cultura ou lazer

para os moradores. O bairro de Vila Isabel, aos poucos perde seu encanto por conta do empobrecimento de seus moradores e da falta de vontade e compromisso de seus gestores.

## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Nilde Hersen. **Vila Isabel terra de poetas e compositores**. Rio de Janeiro: Editoria Conquista, 1997.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Editora Atica, 1999.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes., Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: Algumas reflexões em torno da formação da classe operária. **Cadernos do AEL**, n. 11 e 12, Rio de Janeiro, 2000.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. Dormitórios e Vilas Operárias: O Trabalhador no Espaço Urbano Brasileiro, In: **Valladares, Habitação e Questão**. PRADO, L. (org), Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CENSO. Agência Brasil. Empresa Brasil de Comunicações. 2010. Disponível em <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-12-11/numero-de-casas-vazias-supera-deficit-habitacional-brasileiro-indica-censo-2010>> acesso em : fevereiro de 2020.

CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular, **R. B. Estudos urbanos e regionais** .nº 4 / maio 2001. Disponível em: <<file:///C:/Users/julia/Downloads/59-Texto%20do%20artigo-86-3-10-20170126.pdf>> acesso em: fevereiro de 2020 .

FERREIRA, Alvaro. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. *biblio 3w*. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales** (sÉrie documental de *geo crítica*) Universidad de Barcelona issn: 1138-9796. Depósito legal: b. 21.742-98 vol. xiv, nº 828, 25 de junio de 2009.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro**: história e direito. Rio de Janeiro. Pallas.Ed. PUC-Rio.2013.

STANCHI, Roberto Pontes Stanchi. **Modernidade, mas nem tanto**: o caso da Vila Operária da Fábrica Confiança, Rio de Janeiro, Século XIX e XX. Dissertação de Mestrado. Departamento de Arqueologia do Museu Nacional da UFRJ. 2002f. 2008. disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/ep141353.pd> > acesso em: fev. 2020.